

Parte I: emoções e movimentos sociais

O Humanitário no Centro das Emoções: uma leitura crítica

Jaqueline Ferreira*

Resumo

As organizações humanitárias médicas, cujos principais representantes são os Médicos Sem Fronteiras e Médicos do Mundo, possuem muita visibilidade mundial graças à midiáticação de suas ações. Um dos fatores de impacto das reportagens, sobretudo televisivas, é que elas fornecem a transmissão em tempo real de desastres e guerras, descontextualizados de suas causas, transformando-os em espetáculos globais com forte apelo emocional. As representações difundidas pela mídia buscam mobilizar emoções com o fim de sensibilizar o público e engajá-los em sua causa. Constrói-se uma informação superficial com mensagens padrões reforçando as representações do público em relação à população-alvo como vítimas impotentes e aos médicos humanitários como heróis. O objetivo deste artigo é refletir à luz de uma literatura da antropologia das emoções os aspectos que envolvem essas representações. Conclui-se que é necessário pensar em como não ser indiferente diante das tragédias humanitárias, mas também não reificar o outro em sua essência de vulnerabilidade ou em uma máquina de intervenção. Só assim será possível superar a ideia do Humanitário reduzido às emoções que ele suscita circunscritas a um aspecto puramente de piedade dos ocidentais em relação aos povos oprimidos.

Palavras-chave

Humanitário. Mídia. Emoções.

* Jaqueline Ferreira é professora adjunta do Instituto de Estudos de Saúde Coletiva da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Doutorou-se em Antropologia Social pela École des Hautes Études em Sciences Sociales, Paris. É autora de *Soigner les Mal-Soignés: Ethnologie d'un centre de soins gratuits* (L'Harmattan, 2004) e co-organizadora, com Patrice Schuch, do livro *Direitos e Ajuda Humanitária: perspectivas sobre família, gênero e saúde* (Ed. FIOCRUZ, 2010). Suas áreas de interesse são no âmbito da Antropologia Social, com ênfase em Antropologia da Saúde, atuando principalmente nos seguintes temas: representações sociais sobre o corpo; saúde/doença e cura; direitos humanos e saúde; e tecnologias diagnósticas. Email: jaquetf@gmail.com.

Abstract

The medical humanitarian organizations, whose major representatives are Doctors Without Borders and Doctors of the World, have worldwide visibility thanks to the media coverage of their actions. One of the impact factors of the news coverage, especially on TV, is that they provide real-time broadcasting of disasters and wars decontextualized from their causes, turning them into global spectacles with a strong emotional appeal. The representations disseminated by the media aim to mobilize emotions with the purpose of sensitizing the audience and engage people in their cause. Superficial information is based on standard messages reinforcing the audience's representations, referring to the target population as powerless victims and the humanitarian doctors as heroes. In the light of the literature concerned with anthropology of emotions, the aim of this essay is to reflect upon those aspects involving these representations. It is concluded that not only is it necessary to think about how not to be indifferent in face of these humanitarian tragedies, but also not to reify the other in their essence of vulnerability or in an intervention machine. It is only through this way that it will be possible to overcome the idea of Humanitarians reduced to the emotions evoked by them when they're circumscribed in an aspect of pure Western pity regarding the oppressed.

Keywords

Humanitarian. Media. Emotions.

Introdução

As organizações humanitárias médicas cujos principais representantes são os Médicos Sem Fronteiras (MSF) e Médicos do Mundo (MDM) possuem muita visibilidade na Europa graças aos livros escritos por seus interventores, seu próprio material publicitário e os meios de comunicação de massa. Essas organizações, também conhecidas como *French Doctors*, marcam o nascimento das grandes estruturas humanitárias, fundadas exclusivamente por médicos primando pelo envio de pessoal em campo para atuação em uma medicina de urgência que intervém em regiões de conflitos ou catástrofes naturais. A mídia, obras produzidas pelos seus integrantes e material publicitário difundem representações específicas sobre essas missões, os médicos e a população-alvo. Essas imagens veiculadas buscam mobilizar emoções com o fim de sensibilizar o público e engajá-los em sua causa. O objetivo deste artigo é analisar os aspectos que envolvem essas

representações.

Para fins de contextualização, é importante uma breve reconstituição histórica sobre o surgimento dessas organizações e de como elas difundiram o “Humanitário” como um movimento e práticas diante das populações vulneráveis. Em seguida, o texto busca contextualizar o tratamento da mídia dado às causas humanitárias e as representações presentes nas obras que relatam missões humanitárias em relação às populações socorridas como “vítimas humanitárias” e os médicos como “heróis salvadores”. Para finalizar, apresentarei as discussões existentes sobre o caráter global/local e sua relação com os direitos humanos e como isto se articula com o plano das emoções. O texto buscará dialogar com a literatura crítica existente sobre o tema¹.

Breve história das organizações humanitárias médicas

A Cruz Vermelha surgiu no século XIX e é considerada a primeira organização de caráter humanitário. Sua origem está relacionada à batalha de Solferino para atender os soldados feridos de guerra. Tratava-se de um princípio de solidariedade internacional tomando a vida humana como valor, isto é, não seria questionada a legitimidade dos conflitos, e os assistidos seriam todos os que necessitassem de ajuda sem exceção, não importando o pertencimento de sua causa. No entanto, nas missões sucessivas, integrantes da organização passaram a questionar o caráter de neutralidade política da mesma, desejando intervir não somente nas questões médicas mas também testemunhar e denunciar as injustiças que presenciavam (BRAUMAN, 1999). Com esse intuito, em 1971, Bernard Kouchner e um grupo de médicos rompem com a Cruz Vermelha, fundando o Médicos Sem Fronteiras (*Médecins Sans Frontières*). Em 1980, devido a uma outra dissidência interna dessa organização, Bernard Kouchner e um outro grupo de médicos fundam os Médicos do Mundo (*Médecins du Monde*). Apesar da divisão, as duas organizações possuem os mesmos objetivos: tratar doentes, vítimas de guerras e catástrofes, denunciar e testemunhar a violação dos Direitos Humanos de maneira que a solidariedade não seja

¹ Agradeço à leitura e comentários de Maria Claudia Coelho e Susana Durão.

limitada por fronteiras internacionais, interesses estatais ou imperativos diplomático-estratégicos (KOUCHNER,1980).

Os princípios que animam o movimento Humanitário integram as ideias de universalidade dos Direitos Humanos difundidas nos séculos XIX e XX. Nesse contexto, a ideia do próximo passa a ser compreendida em um sentido amplo, ou seja, abrangendo todo o ser humano. Desta maneira, a concepção de que o sofrimento deva ser aliviado não importa onde e quem seja a vítima leva a tratar o problema da pobreza, especificamente no “Terceiro Mundo”, como um problema global. Consequentemente, durante todo o século XX, há uma difusão de intervenções filantrópicas nos países não europeus, tanto de caráter laico como religioso, com uma nova perspectiva: a assistência não é mais uma questão de doação, mas um direito, uma exigência de equidade por parte dos pobres e um dever moral dos ricos. Neste sentido, a assistência privada é preferível, uma vez que ela pode agir, ignorando e até mesmo se opondo ao Estado. O Humanitário moderno é parte dessas intervenções e atualiza concepções religiosas da assistência ao outro. Dessa maneira, o conceito “Humanitário” contempla a ideia de beneficência, filantropia, caridade, conforme esta definição:

“Humanitário vem substituir tanto uma nuance sentimental ao conteúdo racional do termo filantrópico, caro ao século das Luzes, como também o significado paternalista da palavra beneficência e à limitação sociológica do termo solidariedade. A conotação propriamente humana da palavra ‘humanitário’ resulta das atitudes cristãs de compaixão (compartir = sofrer com) e caridade, que levam o homem a se ocupar do sofrimento de outros homens, por simpatia e por amor (caritas)”. (MOLLAT, 1993, p.37).

Durante o século XX, assiste-se a tentativas de intervenção filantrópica de caráter laico como também religioso nos países pobres. De acordo com Bronislaw Geremek (1987), a concepção segundo a qual o sofrimento deva ser aliviado não importa onde e quem sejam as vítimas leva a tratar o problema da pobreza nesses países como um problema global e com novas concepções. O autor retoma representações do século anterior: uma questão, por exemplo, era se a ajuda dispensada aos países pobres não vai desmobilizá-los, levando-os a um estado de “apatia”. A política aos países do Terceiro Mundo é marcada assim pelo temor de que a miséria torne-se perigosa para a paz mundial. É esse temor que intensifica a ação caritativa, mas também uma política de repressão em relação a essas populações,

favorecendo o seu isolamento.

No mundo contemporâneo, a miséria aparece ainda como uma ameaça, no entanto, um sentimento de unidade penetra pouco a pouco nas mentalidades. Tanto mais é difundida e compreendida a miséria dos países pobres, mas a opinião pública ocidental prontifica-se a engajar-se na luta contra a pobreza mundial. É com essa perspectiva que nascem movimentos sociais, políticos e organizações desejosas de aportar socorro a essas populações desfavorecidas. Ao que tudo indica, no momento em que um problema que diz respeito a estratégias socioeconômicas torna-se um problema ético, torna-se assim uma manifestação de um sentimento de fraternidade e de solidariedade.

No Humanitário é muito presente a noção de humanismo (humanidade compartilhada com um outro semelhante), o universalismo (que compreende a todos os homens), generosidade (capacidade de dar sem receber nada em troca), compaixão (comiseração pelo outro que sofre).

Segundo Ruffin (1986), mesmo que essa conotação ainda englobe a noção de caridade, uma vez que a justificativa da intervenção humanitária está muito próxima dos princípios básicos do mundo ocidental cristão, o direito à vida, ela se desenvolve em sentido inverso: enquanto a caridade aceita a ordem das coisas, o Humanitário visa transformá-la, na perspectiva de aliá-la a um projeto político e social.

Mas como articular engajamento com a consciência política e ao mesmo tempo negar o religioso? É o que se pergunta o próprio fundador de MSF, Bernard Kouchner, no livro em que relata a missão a Saigon destinada a tratar os refugiados vietnamitas: “Eu amo os homens que eu encontrei esta noite e que nós viemos de tão longe ajudar. No entanto eu não os amava à Saigon quando eles foram identificados como reacionários. O sofrimento transforma a ideologia?” (KOUCHNER, 1980, p.110)

A ideia de direito e da defesa da vida humana, ignorando os pertencimentos políticos e religiosos como valor fundamental, perpassa toda a ideologia dessas organizações. De acordo com Seitenfus:

“Foi transposto para o direito internacional um princípio jurídico, uma regra dos países ocidentais, que é a da obrigatoriedade de prestar socorro às pessoas em perigo para justificar essa intervenção humanitária. Ele está sintonizado com um dos princípios básicos do mundo ocidental cristão, o direito à vida”. (SEITENFUS, 2002, p.20).

Essa é uma questão crucial para essas organizações, uma vez que são acusadas de não se desvencilhar da imagem de caridade cristã. O seu financiamento derivado de doações é outra questão que coloca em xeque essas organizações sob esse aspecto². De acordo com Jacques Godbout (2000), essas doações que caracterizam as organizações humanitárias são um tipo moderno: de estrangeiros para estrangeiros. Há um esforço de seus membros para transformar essa linguagem enfatizando a piedade como um sentimento de respeito ao Outro, à autonomia, e ao empoderamento (FERREIRA, 2004; SAILLANT, 2010). Essas são retóricas utilizadas frequentemente por seus membros para superar essa possível dimensão assistencialista e caritativa.

A midiáticação do sofrimento

Piedade e Compaixão são conceitos que foram desenvolvidos por Hannah Arendt e retomados por Luc Boltanski para explicar as formas de benevolência veiculadas pelas organizações humanitárias na mídia. De acordo com Arendt, piedade é a resposta emocional “loquaz”, diante do sofrimento de uma população distante. A Compaixão, ao contrário, é dirigida aos grupos singulares, através de gestos simples e concretos, isentos de emoções exaltadas e sem necessidade de espetacularização dessas ações. Retomando a autora:

“A história nos diz que de modo algum é uma coisa natural que o espetáculo da miséria mova os homens à compaixão; mesmo durante os longos séculos em que a religião cristã de misericórdia impôs padrões morais à civilização ocidental, a compaixão se manifestava fora do domínio político”. (ARENDRT 1990, p.56).

Assim, de acordo com o pensamento de Arendt, a compaixão não conduz à mobilização política, ela restringe-se ao individual. A compaixão é

² Os grandes movimentos históricos de benevolência criados por Saint Vincent de Paul no século XVII já contavam com certa coleta de fundos como mostra Ruffin (1999). Atualmente, a maioria das organizações humanitárias possui um sistema de donativos muito visíveis nos seus sites na internet.

exercida em contextos particulares entre os que sofrem e os que não sofrem. Diferentemente da piedade, ela não é loquaz, não necessita de discursos e assim não mobiliza grandes emoções coletivas.

Luc Boltanski, ao retomar essa perspectiva, sustenta que a “retórica da piedade” visa provocar um modo particular de implicação com o Outro distante e de admiração por aqueles que prestam ajuda. É a perspectiva central do Humanitário, em que a exposição do sofrimento do Outro é um trabalho de construção e seleção para a sua mediação. Como diria o autor, o “espetáculo do sofrimento alheio fornece a cada um a possibilidade de se emocionar com sua própria piedade, reforçando seu próprio self” (BOLTANSKI, 1993, p. 08). E, como bem lembra Adam Smith (1960), o mérito de uma ação é reconhecido pela simpatia direta em relação à pessoa que age e uma simpatia indireta pela gratidão da pessoa para quem a ação é direcionada. São aspectos que fundamentam a ideologia do Humanitário tendo em vista que, dado o caráter de voluntariado que por muito tempo permeou essas organizações, o pagamento da ação humanitária só poderá ser pelo reconhecimento da benevolência dirigida ao Outro.

As organizações humanitárias buscam sem cessar financiamento para as suas ações, o que lhes permite dominar as técnicas do marketing entrando em concorrência entre elas próprias, sendo constantemente incitadas a procurar os bons posicionamentos e as boas vítimas de forma a engajar os doadores em favor de suas causas. Dessa forma elas aprenderam a utilizar o poder dos meios de comunicação de massa a fim de dar visibilidade ao seu trabalho. A mediação tornou-se integrante da ação dessas organizações médicas onde a *mise en scène* dos eventos dramáticos, corpos esfomeados, feridos, em sofrimento, tem por objetivo sensibilizar e suscitar emoções coletivas para obter apoio político e engajar a população nas suas causas, seja na forma de doações ou voluntariado. Vários debates existem sobre esse assunto, tendo em vista que as exigências midiáticas para esse fim podem regular as ações humanitárias quanto ao seu impacto e à legitimidade das mesmas (KOUCHNER, 1986; BRAUMAN, BACKMANN, 1996; JOUSSAN, 1989). Melhor dizendo, é certo que as organizações humanitárias não inventam os problemas aos quais se referem, no entanto, nem todos os problemas que resultam em sofrimento e exclusão social são capazes de sensibilizar o público. Neste sentido, muitos desses eventos passam por um tratamento da mídia de forma a mobilizar a opinião pública e inspirar a piedade, legitimando a ação humanitária na sua ingerência.

Isto leva a efeitos perversos na medida em que alguns eventos mais

mediáticos são priorizados em detrimento de outros (ABÉLES, 2006). Ricardo Seitenfus argumenta, por exemplo, como a eficácia da Organização das Nações Unidas (ONU) é duvidosa e seletiva na solução das crises internacionais: “Atualmente grassam no mundo pobre mais de três dezenas de conflitos sangrentos, distantes da mídia internacional, sem que a ONU demonstre capacidade de intervir” (SEITENFUS, 2002, p.13). O autor também concorda que a mídia influi sobremaneira na mobilização pública, na medida em que as imagens reproduzidas repetidamente pela mesma criam uma homogeneização da opinião pública:

“O elemento fundamental dessas iniciativas é a divulgação dessas situações desumanas. Por exemplo, se o mundo ocidental tivesse sabido do genocídio nazista em toda a sua dimensão e seu horror, é provável que teria tomado atitudes, que, no contexto do passado, restaram impossíveis. O cotidiano da imagem, reproduzindo infinitas vezes pela televisão, cria uma espécie de opinião pública mundial”. (SEITENFUS, 2002, p.20)

Um dos fatores de impacto das reportagens televisivas, particularmente, é que elas fornecem a transmissão em tempo real de desastres e guerras, transformando-os em espetáculos globais com forte apelo emocional. Por razões técnicas e comerciais, a televisão se concentra nesses aspectos em detrimento às explicações ou análises sobre os fatores estruturais que geraram a crise: a mãe que chora a morte do filho, o depoimento de quem teve sua casa bombardeada, o resgate de uma vítima aplaudido pela população que observa. Constrói-se uma informação superficial com mensagens padrões reforçando as representações do público em relação à população-alvo como vítimas impotentes e aos médicos humanitários como heróis. Ou seja, há uma forte tendência de as crises serem descontextualizadas de sua causa, perdendo assim o seu caráter político, sendo então apresentadas como catástrofes “naturais”, em que há vítimas e não culpados. Isto estimula governos locais e internacionais à ajuda de emergência de curto prazo e não às intervenções voltadas para o desenvolvimento em longo prazo na superação das causas estruturais que geraram a vulnerabilidade. Da mesma forma, como uma crise substitui a anterior, tampouco são noticiados os processos de reabilitação e de apoio internacional, que vão diminuindo à medida que o tempo passa (SAILLANT, 2010). Por outro lado, a mídia pode também ser uma ferramenta para os grupos de poder na defesa de seus interesses, legitimando suas ações junto às populações. Um exemplo foi o

uso da rádio em Rwanda como propaganda sectária para estimular o ódio e a violência, o que incitou o massacre contra os tutsis (HERITIER, 2005).

Outro aspecto importante é que a sucessão continuada de exposição da crise pode gerar indiferença e cansaço na opinião pública, o que alguns autores denominam “fadiga da piedade”, dando origem a uma reticência em seguir fornecendo ajuda para paliar “crises absurdas e irracionais” (MOELLER, 1999, p.2). Assim, se por um lado a televisão humaniza e personaliza as histórias, também as despolitiza, afetando a compreensão baseada na empatia e o compromisso moral prolongado (IGNATIEFF, 1998, p.295). Neste sentido, Tom Gjleten (1998) mostra como as informações trágicas e negativas sobre a África geram frustrações e descrença na população sobre a possibilidade de que a ajuda de seu governo possa resolver os problemas que parecem permanentes e sem solução, prejudicando assim o apoio a esses países.

Outro aspecto relevante é como a midiaticização tem uma forte incidência no modo como as sociedades dos países em desenvolvimento percebem seus próprios problemas e as respostas dadas a eles. Segundo autores como Francine Saillant (2010) e Ricardo Seitenfus (2002), isso vem aumentando desde os anos 90 por vários motivos. Um deles é o fim da Guerra Fria, na medida em que houve certa despolitização dos problemas de subdesenvolvimento do Terceiro Mundo e a ampliação da intervenção humanitária dos países ocidentais. Isto coloca em questão o que certos autores chamam de “ocidentalização” das crises humanitárias, como desenvolveremos adiante. Neste contexto, fala-se de um “triângulo da crise” formado pelos governos doadores, meios de comunicação e organizações humanitárias, que se influem mutuamente na busca de seus próprios objetivos. Para os primeiros, legitimidade política e interesse nacional, para os veículos de comunicação de massa audiência e para as organizações, respaldo social e doações (AGUIRRE, 1999).

Enfim, a mídia restringe a relação espaço-tempo, globaliza as interações e mostra aos espectadores das guerras ou catástrofes naturais que a sua impotência pode ser superada pelo seu apoio e doação às organizações humanitárias. As imagens midiáticas bem como aquelas que servem para ilustrar as obras dos interventores sempre anunciam representações associadas ao humanitário: exotismo dos países pobres, guerras, fome, cuidados médicos, corpos famintos e feridos, ou seja, elementos que mostram tanto a diversidade da atuação como a dos atores. No entanto, uma característica é sempre presente a esses: a de heróis e vítimas.

Os atores do Humanitário: heróis e vítimas

“Os aventureiros dos mares do Sul e os médicos instalados em campo, são a mesma coisa”.

*Bernard Kouchner*³

As missões humanitárias em países de Terceiro Mundo são marcadas pela difusão de imagens de médicos urgentistas e salvadores. Nos anos 80, várias obras de alguns deles surgiram retratando essas missões e reforçando essas representações. O conteúdo das mesmas centrava-se nos cuidados médicos realizados em condições precárias e difíceis, difundindo e popularizando a imagem de “médicos heróis” e ressaltando o contexto de “aventura”, como registra a epígrafe anterior. A capa da obra de Olivier Weber, jornalista que registrou várias missões humanitárias, é um exemplo que chama a atenção do leitor: “...revelar a coragem de um punhado de heróis que sempre se recusaram a ser tomados como heróis” (WEBER, 1995). Yves Laurent, igualmente, reconstitui a trajetória dos Médicos Sem Fronteiras a partir da primeira missão a Biafra, em um livro que ele intitulou com a frase que foi por muito tempo slogan da organização: “Lá où les autres ne vont pas”⁴, referindo-se aos médicos:

“Eles pertencem a uma categoria de homens que acreditam que possuem uma missão. Homens ingênuos e generosos, receosos de imagens nobres, desejosos da dor e dos grandes eventos históricos. Eles se vêm em um cenário épico onde atuam como heróis. Eles queriam ser belos, eles queriam ser grandiosos, mesmo que fosse no fim do mundo em um canto perdido da África...”. (LAURENT, 1980, p.18).

Ou seja, a intervenção médica é restituída de forma a mostrar como a coragem e o engajamento na causa do Outro dignificam esses profissionais em relação aos demais. Da mesma forma, é ressaltado o contexto em que o médico humanitário atua (catástrofes, guerras) bem como a dimensão

³ Frase atribuída a Bernard Kouchner citada em Weber (1995, p.435). A tradução da frase é minha, bem como de todas as outras referências.

⁴ A tradução literal da frase seria: “Aqui, aonde os outros não vêm”. Optei pela frase: “Ir aonde ninguém vai”, pois traduz melhor a ideia que o autor divulga no livro.

relacional que esses possuem com a população-alvo (o outro que sofre).

“(…) Eles não tinham a intenção de se restringir a um consultório de maneira mesquinha buscando a promoção social. Para eles, o que enriquecia o saber e a prática médica era a aventura. Na época, somente as terras distantes, e particularmente o Terceiro Mundo, eram dignos de oferecer tais ambições. Assim, eles começaram a viajar.” (LAURENT, 1980, p.59).

Esses aspectos – o caráter de “aventura” das missões e o “heroísmo” dos médicos pela sua coragem em enfrentar terras inóspitas, arriscar a vida em prol do outro e abandonar o conforto da medicina privada – são sublinhados em muitas outras obras autobiográficas desses médicos. Yves Laurent dá voz aos médicos para expressar essa ideia de forma mais eloquente. Ele relata em sua obra o trecho de uma carta de um deles à sua mãe durante uma missão e que é ilustrativo desse aspecto:

“Eu descobri aqui qual o verdadeiro sentido em ser médico: salvar a vida contra a loucura dos homens. Aqui nós somos guerreiros, nós lutamos todos os dias para salvar estas vidas que outros insistem em destruir. E, se mesmo assim continuam a matar por todos os lugares, mesmo se os cadáveres dos mártires são cada vez mais numerosos, nossa missão de guardiões e defensores da vida é cada vez mais essencial. Eis por que eu não poderei jamais ser uma máquina de prescrever receitas”. (LAURENT, 1980, p.44).

Assim, essa figura de médico “herói” é amplamente reforçada pelos seus integrantes e divulgadores. Segundo Jean Christophe Ruffin, essa imagem de heroísmo advém do fato de que médicos e a população socorrida se confundem como “vítimas” em um contexto de catástrofes e de guerras:

“Esses médicos, essas enfermeiras vieram partilhar o mesmo sofrimento, passar pelos mesmos riscos, se enfiar, em caso de ataque, nos mesmos abrigos de terra. Eles provam que civis e combatentes formam uma mesma categoria sob as bombas: são vítimas. Ao estado de graça, os médicos adicionam o estado de urgência. Eles testemunham a luta de um povo unido tanto no sofrimento como na coragem”. (RUFFIN, 1986, p.104).

Não podemos negligenciar o fato de que essa exaltação das qualidades dos médicos representando-os como “heróis” mostra como o nascimento dos “French Doctors” nos anos 70 impactou a sensibilidade coletiva em

relação à doença, ao sofrimento e à medicina de forma a restituir a esta última um prestígio social que a mesma havia perdido (DESCHAMPS, 1994).

Se buscarmos a definição da palavra “herói”, encontraremos no Dicionário da Língua Portuguesa, por exemplo, como um termo derivado do grego antigo, significando “homem com qualidades magnânimas”, “homem extraordinário por seus feitos guerreiros”, e ainda “homem admirável por feitos e qualidades nobres”. Outras definições podem ser encontradas, mas é certo que, como refere Jean-Pierre Vernant e Pierre Vidal-Naquet (1999), o herói é aquele que tenta ultrapassar a condição humana em que as sagas heroicas são retratadas e exaltadas colocando em pauta representações sobre ética e valores de determinada sociedade.

Nessa perspectiva, Pierre Centlivres, Daniel Fabre e Françoise Zonabend (1998) salientam que diversos heróis que atravessaram a história passaram por muitas releituras em campos diversos e muitas vezes servindo a causas radicalmente opostas. Melhor dizendo, é preciso avaliar e caracterizar os momentos e circunstâncias da história que salientam algumas particularidades em detrimento de outras, promovendo novos heróis e colocando outros em esquecimento. De acordo com esses autores, em nosso contexto atual e ocidental, as representações de herói são relativas às profissões que se dedicam a salvar vidas, como os bombeiros, médicos e paramédicos. Mas o que caracteriza o heroísmo desses indivíduos não é a dimensão da responsabilidade profissional propriamente dita, e sim quando suas ações extrapolam o cotidiano e mobilizam emoções públicas.

Por outro lado, Anne Muxel (1988) desenvolveu um estudo buscando evidenciar quais os personagens que encarnam os heróis para os jovens franceses. Os médicos, voluntários, militantes políticos e jornalistas são os principais representantes. Aos direitos humanos, à paz e ao Humanitário é acordado um lugar especial. Assim, apesar de grandes nomes históricos, os personagens salientados por esses jovens são aqueles que de alguma forma guardam alguma proximidade com eles próprios. Eles são desmistificados e encarnam experiências que não são completamente estranhas à sua realidade, seu modo de vida e de apreender o mundo. Há lugar para uma diversidade de experiências possíveis, culturas e origens, competências e ações. E essa diversidade comporta a maneira que os mesmos valorizam: a experiência do encontro com o Outro, o enfrentamento da injustiça e da exclusão social, do racismo e da miséria, seja no seu bairro, cidade ou nos confins do planeta. A autora chama a atenção que os atributos clássicos das

panóplias dos heróis que constituem uma fonte identitária dos mesmos são reatualizadas por esses jovens. Assim, se armas como a espada foram muito tempo objetos simbólicos associados ao heroísmo, hoje os textos escritos são igualmente mencionados. Da mesma forma, se a ideia de combate físico com risco de vida foi por muito tempo mobilizada para definir a identidade do herói, os valores preponderantes da modernidade são o engajamento moral, o pacifismo, a exigência de um humanismo universal (MUXEL, 1998).

Todos esses aspectos podem ser encontrados no material dessas organizações e nas obras dos interventores ressaltando essas representações em relação ao médico humanitário.

Evidenciando esse cuidado com o Outro, a dimensão relacional com a população-alvo assume um caráter preponderante. Assim, a categoria de “vítima humanitária” dá aos seus interventores um lugar indispensável e legítimo de atuação.

É certo que a construção da vítima constitui-se de elementos e qualificações, muitas vezes atribuídos por diferentes universos profissionais: médicos, jurídicos, políticos, administrativos que se articulam e opõem-se entre si.

Em primeiro lugar, a vítima deve ser reconhecida por um público que se aliará à sua causa. Um dos aspectos importantes nesse sentido é que a vítima supõe a passividade, uma garantia de inocência: o menor indício de que ela própria pode ser a propulsora da violência da qual ela é atingida, uma forma de responsabilidade lhe é atribuída, e assim coloca-se em xeque a necessidade de ajuda. (LEFRANC, MATHIEU, 2009). O aspirante a vítima deve provar que de forma alguma ele provocou a ação do seu algoz do qual é exigida uma reparação. Enfim, a vítima é uma figura em que certos discursos e comportamentos são reivindicados e pelo qual tomam-se posições⁵.

Coelho, Russo, Sarti e Víctora (2013) chamam a atenção para três pontos fundamentais no que diz respeito à vitimização e que podem ser assim resumidos: 1) os critérios levados em questão na construção da vítima; 2) o potencial político de reivindicação de direitos das mesmas; 3) os aspectos emocionais implicados (p. 243). Esboçarei alguns desses

⁵ Exemplos que mostram a ambiguidade sobre essa questão são certos movimentos de prostitutas que se negam a ter o estatuto de “vítimas”.

elementos a seguir.

No que se refere à construção da categoria de vítima, Cynthia Sarti desenvolve como essa noção é dependente da gramática moral que lhe dá sustentação: “É uma maneira de dar inteligibilidade ao sofrimento de segmentos sociais específicos, em contextos históricos precisos, que se produzem ou são produzidos como tal, conferindo legitimidade moral às suas reivindicações” (SARTI, 2011, p.54). De acordo com a autora, essa figura desponta como uma das formas em que emoção e sofrimento estão circunscritos na contemporaneidade. Sarti ainda refere como a vulnerabilidade é sempre constitutiva de uma identidade ligada a determinados grupos sociais segundo gênero e idade: mulheres, crianças e idosos.

De fato, essas categorias mobilizam atenção particular, no entanto, no movimento humanitário, essas características não prevalecem sobre outras. Aqui as representações priorizadas na mídia e relatos são as do sujeito que sofre, desassistido e ignorado, antes de um sujeito étnico, racial, de gênero, marginalizado. A sua vulnerabilidade é tamanha que ele não tem condições de buscar e lutar por seus direitos, ou seja, a “vítima humanitária” tem características particulares pautadas pela linguagem dos direitos. Esses direitos podem ser assim listados: direitos aos meios de subsistência duráveis, direitos aos serviços sociais básicos, direito à vida e à segurança, direito de ser ouvido e direito a uma identidade. Dessa maneira, os agentes do humanitário podem se tornar “a voz dos sem voz”, tornando público o sofrimento presente nos confins mais recuados do planeta. É essa figura de vítima e do sofrimento que justifica a intervenção:

“O humanitário é a expressão da relação, justificável ou não, na medida em que o próprio fundamento de sua ação nasce de uma constatação: não deixar aqueles que sofrem no sofrimento, a indiferença seria a pior das atitudes... Uma das figuras do Outro neste circuito é ser antes de tudo um sujeito que sofre antes de um sujeito étnico, racial, de gênero, pertencente a uma minoria. É o ponto de partida do humanitário.” (SAILLANT, 2007, p.133)

Podemos datar o nascimento da noção de “vítima humanitária” desde a Guerra de Biafra (1967-1970), a “*primeira fome televisionada da história*” (BRAUMAN, 1999, p.59). A imagem de uma africana com seu filho à beira da morte com uma médica branca contém várias mensagens implícitas. Em primeiro lugar, dá a ideia de desamparo total dos atingidos, da dependência

total da ajuda externa, de que “sem nós eles morreriam”, melhor dizendo, da vítima completamente indefesa e desassistida. A “vítima humanitária” é produzida de acordo com seus próprios parâmetros de justiça e o impacto dessas organizações sobre as sensibilidades coletivas, de forma que a produção dessa vítima socialmente legitimada suplanta a ideia de doente.

Referências

- ABÉLES, Marc
(2006). *ONG, humanitaire et global-politique: enjeux et ambiguïtés d'une politique de la survie*. Paris, Ed. EHESS.
- AGUIRRE, Mariano.
(1999). *Los medios periodísticos y el espectáculo humanitario*. Los desafíos de la acción humanitaria. Un balance. Icaria, Barcelona. p.203-226.
- ARENDT, Hanna.
(1990). *A revolução*. São Paulo, Ática.
- BOLTANSKI, Luc.
(1993). *La Souffrance à Distance*. Morale Humanaire, Medias et Politique. Paris, Métailié.
- BRAUMAN, Rony.
(1999). *L'action humanitaire*. Paris, Flammarion.
- BRAUMAN, Rony.; BACKMANN, René.
(1996). *L'Humanitaire et les médias*. Paris, Éditions du CFPJ.
- BRAUMAN, Rony.
(2002). *Humanitaire et dilemme: entretien avec Philippe Petit*. Paris, Textuel.
- COELHO, Maria Cláudia; RUSSO, Jane; SARTI, Cynthia; VICTORA, Ceres. (2013). Apresentação. Dossiê Vitimização: Políticas de Moralidade e gramáticas emocionais. *Interseções*, Vol.15, n.2; p.231-251.
- DESCHAMPS, Catherine.
(1994). Vocation médicale et choix professionnel. In: Aiach, Pierre; Fassin, Didier. (Dir.); *Les métiers de la Santé, Enjeux de pouvoir et quête de légitimité*. Paris, Anthropos Economica. p.87-119.
- FASSIN, Didier.; BOURDELAIS, Patrice.
(2005). *La construction de l'intolérable*. Paris, La Découverte.
- FERREIRA, Jaqueline.
(2010). O Humanitário no Brasil: entre o ideal universal e a cultura local. In: Ferreira, Jaqueline; Schuch, Patrice (Orgs.); *Direitos Humanos e Ajuda Humanitária: perspectivas sobre família, gênero e saúde*. Rio de Janeiro, FIOCRUZ. p.49-76.
- GJELTEN, Tom.
(1998). *Professionalism in War Reporting*. A Correspondent's View. Carnegie Commission on Preventing Deadly Conflict, Washington.
- GODBOUT, Jacques
(2000). *Le don, la dette et l'identité*. Montréal, Boréal.
- HÉRITIER, Françoise
(2005). *De la Violence*. Paris, Odile Jacob.
- HOURS, Bernard.
(1998). *L'Idéologie Humanitaire ou le spectacle de l'altérité perdue*. Paris, L'Harmattan.
- HUNT, Lynn
(2009). *A invenção dos direitos humanos: uma história*. São Paulo, Companhia das Letras.
- IGNATIEFF, Michael.
(1998). The Stories We Tell. Television and Humanitarian Aid. In: Moore, Jonathan (Ed.); *Hard Choices*. Moral Dilemmas in

- Humanitarian Intervention. Oxford / Nueva York; Rowman / Littlefield. p. 287-302.
- JOUSSAN, David.
(1989). Les ONG médicales: entre le géopolitique et les médias. *Lettre Temps Présent*. p. 14-18.
- KOUCHNER, Bernard.
(1980). *L'Île de Lumière*. Paris, Ramsay.
- KOUCHNER, Bernard.
(1986). *Charité Business*. Paris, Le Pré aux Clercs.
- LAURENT, Yves.
(1980). *Médecins Sans Frontières – Là où les autres ne vont pas*. Paris, Ed. Robert Laffont.
- LEFRANC, Sandrine ; MATHIEU, Lilian.
(2009). De si probables mobilisations de victimes. In: Lefranc, Sandrine; Mathieu, Lilian (Orgs.); *Mobilisation de Victimes*. Rennes, Presses Universitaires de Rennes. p. 11-26.
- LIPOVETSKI, Gilles.
(1992). *Le crépuscule du devoir*. L'éthique indolore des nouveaux temps démocratiques. Paris, Gallimard.
- NADER, Laura.
(1999). Num espelho de mulher: cegueira normativa e questões de direitos humanos não resolvidas. *Horizontes Antropológicos – Diversidade cultural e cidadania*, 5(10), p. 61-82. MOELLER, Susan.
(1999). *Compassion Fatigue*. How the Media Sell Disease, Famine, War and Death. Nova York / Londres, Routledge.
- MOLLAT, Michel.
(1993). Naissance de l'acte humanitaire en direction des exclus du Moyen Âge, Idée Compulsionnelle et de rachat de l'Occident chrétien. *Ingérence, Revue bisannuelle de MDM*, n.1, p.35-40.
- MUXEL, Anne.
(1988). Les héros des jeunes français. Vers un humanisme réconciliateur. In: *La Fabrique des Héros*. Centlivres, Pierre; Zonabend, Françoise. (Dirs.); . Paris, Ed. de la Maison des sciences de l'homme. p.79-100.
- REZENDE, Cláudia. Barcelos.; COELHO, Maria Claudia.
(2010). *Antropologia das Emoções*. Rio de Janeiro, Editora FGV.
- RUFFIN, Jean-Christophe.
(1986). *Le Piège Humanitaire*. Paris, Hachette Pluriel.
- RUFFIN, Jean-Christophe.
(1999). Aux Racines de l'humanitaire. De Saint Vincent de Paul aux French Doctors. In: Tsikounas, Myriam. (Dir); *Les ambiguïtés de l'humanitaire*. Paris, Coll. Panoramiques. p. 25-27.
- SAILLANT, Francine.
(2010). A responsabilidade na intervenção humanitária: indiferença ou engajamento. In: Ferreira, Jaqueline.; Schuch, Patrice. (Orgs); *Direitos e Ajuda Humanitária: perspectivas sobre gênero, família e saúde*. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, pp. 49-75.
- SARTI, Cynthia.
(2011). A vítima como figura contemporânea. *Cadernos CRH*, vol.24, n.61, p. 51-61.
- SEITENFUS, Ricardo.
(2002). *Direito nas Relações Internacionais*. Porto Alegre, Editora Livraria do Advogada.
- SMITH, Adam.
(1996). *Theorie des sentiments moraux*. Paris, Ed'Aujourd'hui.
- VERNANT, Jean-Pierre.; VIDAL-NAQUET, Pierre.
(1999). O deus da ficção trágica. In: *Mito e tragédia na Grécia Antiga*. São Paulo, Perspectiva.
- WEBER, Oliver.
(1992). *French Doctors*. Paris, Robert Laffont.

Recebido em
dezembro de 2016

Aprovado em
março de 2017